

## VI

# RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TECENDO ALGUMAS DISCUSSÕES

*Ana Claudia Valverde Santos<sup>15</sup>, Carolina Araújo Santos de Queiroz<sup>16</sup>, Tiago Alves Barbosa<sup>17</sup>*

### RESUMO

O presente artigo discorre sobre artigos científicos que tratam do tema racismo e Educação Básica, e propõe-se a contribuir com a disseminação e discussão a respeito desse objeto de estudo. O interesse e justificativa pela temática surgiu através de discussões realizadas nas aulas e seminários da disciplina Educação Científica, Diversidade e Práxis Pedagógica do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. Durante as discussões, evidenciou-se a importância da abordagem das questões étnico-raciais para a educação e principalmente para Educação Básica. Portanto, objetivou-se neste estudo identificar e analisar no meio acadêmico, o que se tem produzido acerca do racismo na Educação Básica no portal de periódicos da CAPES, entre os anos de 2014 a 2018. De acordo com a natureza e delineamento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa do tipo descritiva, empregou-se como método a pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão sistemática de literatura que permeou toda a pesquisa. O procedimento de busca de-se utilizando os descritores 'racismo e Educação Básica', buscados por critério de relevância. Além de alguns critérios para escolha dos artigos, tal como, artigos que apontem o racismo como temática central. Após essa etapa construiu-se um quadro, no qual os artigos foram distribuídos por categorias, cujo intuito é facilitar a análise das produções a luz das teorias abordadas neste estudo. Assim, considerou-se que, os estudos até aqui analisados constitui-se como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na Educação Básica. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da Lei 10.639/03.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação Básica. Relações Étnico-raciais.

### ABSTRACT

This article discusses scientific articles that deal with racism and Basic Education, and proposes to contribute to the dissemination and discussion about this object of study. The interest and justification for the theme emerged through discussions held in classes and seminars of the Scientific Education, Diversity and Pedagogical Praxis discipline of the Professional Master's Program in Scientific Education, Inclusion and Diversity - PPGEICID - UFRB. During the discussions, the importance of addressing ethnic-racial issues for education and especially for Basic Education was highlighted. Therefore, the objective of this study was to identify and analyze in the academic environment, what has been produced about racism in Basic Education on the CAPES journal portal, between the years 2014 to 2018. According to the nature and design of this research, the qualitative approach of the descriptive type was used, the bibliographic research was used as a method from a systematic literature review that permeated the entire research. The search procedure was carried out using the descriptors 'racism and Basic Education', searched for relevance criteria. In addition to some criteria for choosing articles, such as articles that point to racism as a central theme. After this stage, a table was built, in which the articles were distributed by categories, whose purpose is to facilitate the analysis of productions in the light of the theories addressed in this study. Thus, it was considered that the studies analyzed so far constitute important sources of resistance and confrontation of racism in Basic Education. In addition to highlighting the need to expand discussions about Law 10,639/03.

**Keywords:** Racism. Basic education. Ethnic-Racial Relations.

<sup>15</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [claudiatapuio@gmail.com](mailto:claudiatapuio@gmail.com).

<sup>16</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [carolina.araujos@gmail.com](mailto:carolina.araujos@gmail.com).

<sup>17</sup> Licenciado em Ciências biológicas; Professor da educação básica; Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [tiagobarbosa.ufrb@yahoo.com.br](mailto:tiagobarbosa.ufrb@yahoo.com.br).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza um estudo da arte sobre o tema racismo e educação básica. Estruturado a partir de resultados do levantamento de artigos sobre a referida temática no portal de periódicos do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), propõe-se contribuir com a disseminação e discussão a respeito desse objeto de estudo.

Diante da emergência do tema, este artigo assume relevância, pois busca trazer uma reflexão sobre como a questão do racismo na Educação Básica vem sendo abordada, e quais estratégias de enfrentamento vêm sendo adotadas pelos alunos, professores e gestão escolar. Longe de apontar soluções simplistas, pretende-se com os resultados encontrados contribuir com as discussões e divulgação acerca desta temática.

O interesse e justificativa pela escolha da temática surgiu com as discussões realizadas nas aulas e seminários da disciplina Educação Científica, Diversidade e Práxis Pedagógica, componente pertencente ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGCID da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Considerou-se necessário estender os estudos relacionados com a temática, e logo, evidenciou-se a importância da abordagem das questões étnico-raciais para a educação e principalmente para Educação Básica.

Portanto, objetivou-se neste estudo identificar e analisar, o que se tem produzido no meio acadêmico, acerca do racismo na Educação Básica, por meio de levantamento dos artigos publicados no portal de periódicos da CAPES no período de 2014 a 2018.

A fim de atingir ao objetivo proposto, fez-se uma pesquisa de cunho bibliográfico através do levantamento de produções disponíveis na plataforma de periódicos da CAPES nos últimos cinco anos, utilizando os descritores 'racismo e Educação Básica'. Além de alguns critérios que foram estabelecidos para a escolha dos artigos, após esta etapa, construiu-se um quadro, no qual os artigos selecionados foram distribuídos por categorias.

Desta forma, foi possível observar que as discussões acerca das relações étnico-raciais, sobretudo do racismo na Educação Básica, no Brasil, ainda aparecem de forma muito tímida tendo em vista o recorte temporal (2014 a 2018), a abrangência da plataforma ora pesquisada e o número de trabalhos encontrados. Entretanto,

considerou-se os estudos até aqui analisados como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na Educação Básica. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da Lei 10.639/03, visando o esclarecimento, bem como, uma abordagem de forma interdisciplinar e continuada que observe o debate das relações étnico-raciais como uma temática transversal, passível de ser evidenciada em todas as áreas do currículo escolar.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS

No cenário brasileiro as discussões sobre as relações étnico-raciais permeiam diferentes setores, no entanto, é no campo da educação que a emergência do tema assume grande relevância, tendo em vista o seu papel de formar e transformar sujeitos críticos e reflexivos tornando-os protagonistas das suas construções socioculturais. Pois, como afirma Freire (2000) “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Na escola, está o ambiente propício para abordagem das questões étnico-raciais e da convivência com o diferente e da não negação do outro, tendo em vista seu aspecto diverso.

A escola é a principal responsável por construir e validar representações sociais historicamente constituídas, assim os grupos que lutam diretamente pela superação do racismo dentro da sociedade, tem no chão da escola um dos seus principais campos de batalha, conforme afirma Gomes (2011, p. 41):

[...] Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos(as) afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito a diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade.

Dessa forma, a exigência de uma educação para as relações étnico-raciais é fruto do protagonismo histórico de grupos, como o Movimento Negro brasileiro, que ao longo dos anos pressionam o Estado para a confluência de um aparato legal que abarque a população negra e sua diversidade, muitas vezes negada na história do país, principalmente, no que tange ao direito de estudar.

O Brasil foi historicamente marcado pela negação e segregação das diferenças, assim, quem não estivesse dentro de um padrão de igualdade e ou normalidade estabelecido pela sociedade era excluído e posto à margem nas relações sociais, o que assegurou por muito tempo que os negros fossem excluídos e invisibilizados dos

diferentes espaços sociais. Tomando por base o período pós abolição, o que se vê é a introdução das chamadas teorias raciais evolucionistas para justificar a subalternidade a que foram submetidos os negros recém libertos. Logo, Santos (2016, p. 21) afirma, “A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros”.

Para entender tal contexto, faz-se necessário debruçar-se sobre as definições de raça, racismo, etnia, democracia racial, preconceito e discriminação e racismo institucional, as quais são essenciais no debate das relações étnico-raciais na educação, assim como os aspectos legais que permeiam o tema.

O conceito de raça utilizado inicialmente nas ciências naturais para classificar diferentes espécies vegetais e animais, em meados do século XVII, passa a designar também as relações entre classes sociais. A partir de então, diversos estudos científicos tentaram separar os grupos humanos em raças hierarquicamente organizadas. Essa hierarquização ficou conhecida como teoria racial e foi utilizada para justificar a subalternização das raças consideradas inferiores (MUNANGA, 2003).

Sobre a definição de raça, pode haver diversos sentidos no uso do termo, principalmente em um contexto complexo das relações estabelecidas entre negros e brancos no Brasil. Sendo assim, seguindo as ideias de Gomes (2005), ao se referir ao termo é prudente ficar atento ao sentido a ele atribuído, e principalmente em qual contexto ele surge. Por exemplo, numa piada racista, num sentido político, numa identidade de luta e reivindicações, ou seja, diversos significados que ultrapassam a dimensão física e biológica.

Para descrever o conceito de etnia, autores como Munanga (2003), Gomes (2005) trazem definições que se complementam. Munanga define etnia como um grupo de pessoas que possui em comum uma cultura, ancestralidade, história, língua, território, ou seja, pessoas que se identificam a partir de sua construção histórico-social. Gomes (2005, p. 50) por sua vez, aponta que seus integrantes precisam ter o sentimento de pertencimento ao grupo, quando afirma que o termo trata de um “conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade”.

Quanto aos termos raça e etnia, faz-se necessário enfatizar que se diferem nos seus sentidos, uma vez que o termo raça está voltado para os aspectos biológicos, morfológicos, ou seja, aspectos fenotípicos que podem ser visualmente observados.

Enquanto, etnia refere-se as constituições socioculturais historicamente construídas, isto é, os aspectos sociais e culturais que caracterizam os indivíduos.

A partir dessas colocações, vale salientar que o foco de investigação deste estudo é o racismo, sobretudo na Educação Básica. Este termo e ou concepção parte do pressuposto de que há uma hierarquização entre os seres humanos, a partir de suas origens, da cor da pele e de suas características socioculturais, em que há grupos considerados melhores e ou superiores que outros, simplesmente pela consideração das características descritas. Para Munanga (2003, p.7), racismo consiste em uma:

Ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pelas relações intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o cultural.

Nessa concepção, o termo racismo pode ser compreendido pela inferiorização de determinados grupos por seus aspectos físicos e biológicos. No entanto, para o autor, uma nova forma de racismo tem surgido, aquele constituído com base nas diferenças culturais e de identidade, no estabelecimento de que uma determinada cultura pode ser considerada superior ou inferior a outra.

Entretanto, a manifestação do racismo no Brasil se dá de um modo diferenciado e contraditório em relação ao que historicamente foi observado em outros países (GOMES, 2005; MUNANGA, 2010). Diversas opiniões e posturas racistas têm a concepção de que a cor é suficiente para identificar pessoas boas ou ruins, inteligentes ou limitadas, competentes ou não. Além disso, na realidade brasileira ainda há a questão da negação, pois, a sociedade nega insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mesmo com diversas pesquisas sociais e econômicas atestando a discriminação no mercado de trabalho, nos espaços públicos e até mesmo no local no qual ela não deveria existir, na escola.

Desse modo, observa-se que o racismo instaurado e institucionalizado historicamente no Brasil, majoritariamente apresenta-se de forma velada nas relações étnico-raciais interpessoais e institucionais, na Educação Básica. Assim, percebe-se que o sistema de ensino brasileiro ainda possui dificuldades em tratar as questões e situações de preconceito, discriminação racial e ou racismo na escola.

Para Munanga (2003, p. 07) os preconceitos “são apenas atitudes, às vezes afetivas, ou culturais que existem na cabeça das pessoas ou grupos de pessoas, [...] traduzidas em opiniões verbalizadas.” Desse modo, quando essas opiniões são transformadas em ações, passam a ser compreendidas por discriminação, e a racial, em específico, geralmente baseia-se no critério da cor da pele, podendo ser expressa de várias formas, “evitação, rejeição verbal (piadas, brincadeiras e injúrias), agressão ou violência física, segregação espacial ou tratamento desigual”, (MUNANGA, 2003, p. 7).

Portanto, muitas dessas práticas no contexto educacional, não recebem o direcionamento ideal para intervenção, discussão e ou mediação. Resultando em uma normalização dessas atitudes, pois não são observadas como preconceituosas e, conseqüentemente, possibilitam a ocorrência de novas práticas discriminatórias.

Deste modo, discutir a educação étnico-racial é também desconstruir uma produção histórico-social eurocêntrica, que atrela maior juízo de valor a cultura, as expressões, as características físicas (cor da pele, dos olhos, textura dos cabelos) das pessoas brancas, e o que foge a esse padrão de igualdade, como os aspectos e as características ligados à cultura e diferentes expressões das pessoas negras, são negativados e considerados ruins.

Tal concepção impõe ao negro o processo de embranquecimento, que pode ser observado historicamente nas proposições de miscigenação populacional, uma tentativa de apagar do cenário nacional a presença e a contribuição da população negra, através da imposição dos padrões estéticos, corporais e manifestações culturais da pessoa branca.

Na educação, isso se perpetua na medida em que não se discute e não se valoriza a história e a cultura africana e afro-brasileira, ou apenas são feitas discussões pontuais, reduzidas a datas comemorativas a exemplo do Dia da Consciência Negra, fazendo com que o aluno negro não se sinta representado.

Nestas circunstâncias, torna-se evidente, a importância das discussões étnico-raciais na Educação Básica, na busca da valorização das diferenças e da desconstrução das práticas do racismo na educação. Nesse sentido, podemos citar a Lei 10.369/03 que regulamenta e traz a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica, legitimando as produções antirracistas desenvolvidas historicamente, principalmente pelo movimento negro. Que traz para o contexto escolar a abordagem e valorização das múltiplas culturas e

da diversidade humana, de modo que o aluno negro sinta-se pertencente a sociedade, possuidor de uma história, outrora negada, passando a ser valorizado como negro.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com a natureza e delineamento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa do tipo descritiva para embasar a análise das informações levantadas. Uma vez que, de acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa visa descrever e ou explicar conceitos e ideias possibilitando desenvolver um olhar amplo acerca de um fato.

Portanto, este estudo tem como objetivo identificar e analisar no meio acadêmico, o que se tem produzido acerca do racismo na Educação Básica, por meio de levantamento dos artigos publicados no período de 2014 a 2018 no portal de periódicos do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Desse modo, para responder aos objetivos propostos, empregou-se como método a pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão sistemática de literatura que permeou toda a pesquisa, pois precisou-se lançar mão de um referencial teórico produzido por estudiosos como Munanga (2003), Gomes (2005), que embasaram o trabalho com a temática.

Compreende-se também nesse contexto as buscas no portal de periódicos da CAPES, visando elucidar como os teóricos discutem as relações étnico raciais e sobretudo as nuances do racismo na Educação Básica. Estudos dessa natureza buscam mapear e discutir produções acadêmicas, tentando descrever os aspectos e as dimensões postas em destaque em diferentes lugares e recortes temporais. Para Ferreira (2002), além de elucidar as condições em que certos estudos são desenvolvidos, podem assumir um caráter catalográfico e descritivo sobre o tema a que se propõe investigar.

Assim, o procedimento de busca deu-se utilizando os descritores, racismo e Educação Básica, sinalizados como critério de relevância. Além dos descritores mencionados, foram utilizados alguns critérios para escolha dos artigos, tais como os que fossem revisados por pares (de forma paritária), que tratem da discussão na Educação Básica e que apontem o racismo como temática central.

No entanto, tais critérios levaram a percepção de que, embora as relações étnico-raciais na Educação Básica apresentem grande relevância, tendo em vista o caráter transformador da mesma e sua importância na sociedade, nos último cinco anos no portal de periódicos da CAPES, poucos trabalhos responderam aos nossos critérios de busca.

Diante desse contexto, considerou-se válido trabalhar tanto com os artigos revisados por pares, como com aqueles que não passaram por esse processo de revisão, desde que estivessem dentro dos descritores selecionados e tenham sido produzidos no período estipulado. Desse modo, inicialmente foram apontados quarenta e nove artigos que possivelmente adequavam-se aos critérios de busca utilizados, entretanto, após análise dos títulos, bem como resumos das produções em questão foram selecionados nove artigos.

Após leitura e análise dos artigos ora mencionados, foram selecionados cinco artigos que se adequavam aos critérios de busca, uma vez que traziam uma discussão sobre o racismo na Educação Básica, no Brasil. É importante salientar que para atingir o objetivo da pesquisa, as análises das discussões dos artigos selecionados foram feitas à luz de teóricos como Munanga (2003, 2004), Gomes (2002, 2005, 2011) e Gonçalves (2011).

Após a seleção dos trabalhos, foi construído um quadro no qual foram agrupadas as seguintes categorias: artigos, objetivos, metodologia e resultados. A construção do quadro visa facilitar a análise sobre como os artigos abordam a temática e a compreensão dos resultados/considerações encontradas. O quadro possibilitou também uma análise comparativa entre a discussão tecida nos trabalhos e aquela proposta pelos autores que embasaram essa pesquisa.



#### 4 RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, O QUE SE VEM DISCUTINDO NO BRASIL

Esta seção apresenta um quadro sinóptico das produções encontradas no portal de periódicos da Capes, que se enquadraram nos critérios estabelecidos nessa pesquisa. A intenção de tal levantamento é refletir de que maneira o tema racismo na Educação Básica vem sendo abordado no âmbito acadêmico nos últimos cinco anos, bem como colaborar para as discussões e disseminação dessa temática.

#### QUADRO 1 – ARTIGOS PUBLICADOS NO PORTAL DE PERIODICOS DA CAPES SOBRE TEMA RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL, 2014 - 2018

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
MOREIRA, A.J. & SILVA, M.P.C. <b>Possibilidades Didático-Metodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da Educação Física: a importância da educação étnico-racial.</b> Revista HOLOS, ano 34, vol.01 p.193-200, 2018	<b>Compreender as possibilidades</b> didático-metodológicas da Educação Física na aplicação da Lei nº 10.639/03;  <b>Compreender as tensões</b> entre as propostas da Lei 10.639/03 e a prática da Educação Física.	<b>Análise de dados e argumentos</b> fornecidos por alunos e professores de educação física e coordenadores pedagógicos entrevistados em pesquisa de campo.  <b>Análise do percurso epistemológico</b> da Educação física e <b>abordagem dialética.</b>	É preciso avançar na discussão sobre a lei 10.639/03.  Susitar corpo e movimento como criadores de sentidos e significados.  É preciso considerar corpo no contexto social dotado de identificações culturais e étnico-raciais.  Estudo da cultura corporal na escola se torne significativo e contribua para fazer avançar a lei 10.639/03.

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
			Sugere observar o estado de interculturalidade crítica na prática da Educação Física como forma de enfrentar os desafios da resistência da lei 10.639/03.
<p>BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Ângela Fátima. <b>O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira.</b></p> <p>Revista Iberoamericana de Educación, 2015, Vol.68(2), p.31-47</p>	<p><b>Analisar os dados</b> estatísticos educacionais acerca da trajetória do sujeito negro, na educação básica, de modo a identificar as regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de exclusão escolar.</p>	<p><b>Análise crítica sobre os dados quantificados;</b></p> <p>Utilizou como fonte de dados os indicadores do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009.</p> <p>Análise dos indicadores de exclusão escolar.</p>	<p>O alto índice de alunos com cor/raça “não declarados” camufla a persistência do racismo no Brasil, através da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial.</p> <p>A exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica.</p> <p>A maior exclusão dos alunos negros ocorre na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental e também na transição destes para o Ensino Médio.</p> <p>As regiões Norte e Nordeste configuram as regiões com maior exclusão do aluno negro.</p> <p>A exclusão do aluno negro da escola deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que está fortemente marcado pelo racismo, e não somente, por questões socioeconômicas ou regionais.</p>
<p>CARVALHO, Isabela Bastos de. &amp; CASTRO, Alexandre de Carvalho. <b>Currículo,</b></p>	<p><b>Analisar a contribuição</b> de prescrições curriculares para o enfretoamento do</p>	<p><b>Análise discursiva de documentos e</b></p>	<p>Embora existam currículos comprometidos com relações étnico-raciais, a manutenção das práticas tradicionais deixa claro que normas curriculares, por</p>

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
<p><b>racismo e o ensino de Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação...</b> Revista Educ. Soc., Campinas, v38, nº 138, p. 133-151, jan.-mar.,2017</p>	<p>racismo, por meio do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.</p>	<p><b>currículos, mediante relações dialógicas.</b></p>	<p>si só, são incapazes de promover igualdade racial no Brasil.</p>
<p>SANTIAGO, Flávio. <b>Creche e racismo.</b> Revista Eletrônica de Educação, 01 August 2015, Vol.9(2), p.441-460</p>	<p><b>Debater</b> a presença de mecanismos racistas na educação infantil, primeira etapa da educação básica.</p>	<p>Pesquisa etnográfica realizada em uma creche da região metropolitana de Campinas, Brasil, envolvendo crianças pequenininhas de três anos e suas/seus docentes.</p>	<p>As características fenotípicas brancas eram exaltadas como padrões de civilidade e respeito, enquanto os elementos de origem cultural africano e afro-brasileiro eram descartados em prol da manutenção de uma ordem racial pré-estabelecida.</p> <p>Há uma construção de elementos para a fixação de uma pedagogia da infância branqueadora, que procurava apagar o pertencimento étnico-racial e legitimar enquanto única fonte de cultura os saberes eurocêntricos.</p> <p>Há a criação de uma visão negativa da ancestralidade, bem como um processo de subjetivação marcado pela racionalização dos corpos negros e pela legitimação das desigualdades sociais.</p>

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
<p>BACKES, José Licínio; <b>O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB.</b> Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 38, n. 1, p. 49-56, Jan-Jun 2016.</p>	<p>Refletir sobre o processo de construção dos sujeitos, mais especificamente sobre o processo de construção dos sujeitos afrodescendentes por meio do currículo escolar.</p>	<p>Análise, com base nos estudos étnico-raciais, de entrevistas realizadas com seis professores de uma escola pública estadual do Município de Campo Grande (MS) com alto IDEB, nos anos finais do ensino fundamental, em 2011.</p>	<p>Foi observado que há uma forma ambivalente dos professores referir-se à presença de afrodescendentes na escola.</p> <p>Para os professores, tratar com igualdade parece sugerir que a diferença não deve ser vista nem contemplada na educação. Ela precisa ficar fora da escola.</p> <p>O que mais chama atenção nas falas dos professores é que, na própria argumentação de que não há práticas racistas, há referências a práticas camufladas e veladas de racismo, recorrentemente apontadas pelos estudos étnico-raciais.</p> <p>A dificuldade maior parece continuar sendo identificar as formas veladas e sutis de racismo que persistem nos currículos escolares.</p> <p>Apesar dos professores saberem da existência da Lei e a verem como positiva, raros são os momentos em que ela é utilizada para problematizar o currículo.</p>

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2019).

Elaboração própria, 2019.

## 5 ANÁLISES E RESULTADOS

Analisando os artigos selecionados, quanto aos seus objetivos, nota-se os mais variados percursos teóricos e metodológicos. Bonilha e Soligo (2015), partem do viés da exclusão do negro na escola; e Santiago (2015) aborda o debate sobre racismo na Educação Infantil. Backes (2016) destaca a construção dos sujeitos afrodescendentes por meio do currículo escolar. Carvalho e Castro (2017), trazem uma proposta de enfrentamento do racismo; Moreira e Silva (2018), partem da análise do currículo e da ótica da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Quanto a análise dos caminhos percorridos por Bonilha e Soligo (2015) e Santiago (2015) na construção de suas pesquisas, verifica-se que utilizaram de meios diferentes, mas que não se excluem, muito pelo contrário, até se complementam. Bonilha e Santiago (2015) fixaram suas análises na avaliação de um arcabouço metodológico baseado nos indicadores do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009, e daí produziram um conjunto de tabelas que os permitiram debater sobre a presença de mecanismos racistas na educação, foi um estudo estruturado em análises quantitativas.

Por outro lado, com um viés qualitativo, Santiago (2015) se valeu de uma pesquisa etnográfica. Por ter uma relação histórica com o objeto de pesquisa, o autor realizou seus estudos em uma creche, por meio de entrevistas e observação, envolvendo crianças de três anos e seus docentes. E mesmo dentro de universo tão infantil, percebeu que as características fenotípicas brancas eram exaltadas, enquanto os elementos de origem cultural afro-brasileiro descartados.

Ainda em relação aos caminhos escolhidos no delineamento das pesquisas, Backes (2016) ao estudar sobre as construções dos sujeitos por meio do currículo escolar utilizando análise de entrevistas, optou pela análise qualitativa discursiva, assim como Moreira e Silva (2018), que optaram pela análise qualitativa dos dados e argumentos obtidos por meio de entrevistas, e partindo das respostas perceberam a necessidade de uma análise do percurso epistemológico da Educação Física no que tange a cultura corporal e as questões étnico-raciais. Os autores através de uma abordagem dialética



buscaram estabelecer relações entre a Educação física e as políticas e ideologias de embranquecimento ao longo da história

Observa-se que no estudo de Carvalho e Castro (2017) escolheu-se trabalhar com documentos que versaram sobre as relações étnico-raciais no ensino de Língua Portuguesa, embora seja uma análise documental, assemelha-se ao estudo de Moreira e Silva (2018), pois ambos partem da análise discursiva e tentam estabelecer relações dialógicas entre a abordagem das questões étnico-raciais e percurso histórico das respectivas disciplinas.

Em relação as considerações e resultados das pesquisas realizadas, Bonilha e Soligo (2015) abordam que o alto índice de alunos que não declaram a sua cor/raça camufla o fenômeno do racismo, e também “da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial” no Brasil, (BONILHA e SOLIGO, 2015, p. 14). Corroborando nesse sentido, Munanga (2004, p.52) aborda que:

“Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso.”

Santiago (2015) trata com similaridade quanto a ideologia do branqueamento, quando identifica que há uma construção de elementos para a fixação de uma pedagogia da infância branqueadora, que procurava apagar o pertencimento étnico-racial. Tais concepções tem por objetivo legitimar a cultura e os saberes eurocêntricos dos brancos.

Através de entrevistas, Santiago (2015) pode concluir que há evidências da existência do preconceito racial no cotidiano da creche, expondo que existia um tratamento diferenciado e mais afetivo às crianças brancas. No entanto, tal conclusão da existência de preconceito racial difere da definição abordada por Munanga (2003), quando aponta que apenas atitudes, opiniões negativas baseadas no critério da cor da pele não se caracterizam como racismo, mas no momento em que essas são transformadas em ações no sentido de evitar, rejeitar, agredir, segregar ou tratar desigual são compreendidos como discriminação racial.



Quanto a exclusão do aluno negro da escola, Bonilha e Soligo (2015) afirmam que deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que está fortemente marcado pelo racismo, e não somente, por questões socioeconômicas ou regionais, mas também ideológicas.

Foi observado nos estudos de Bonilha e Soligo (2015) que a exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica, apesar das regiões Norte e Nordeste se configurarem com maior exclusão do aluno negro. Ainda afirma que a maior exclusão ocorre na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental e se acentua na transição para o Ensino Médio.

Em relação aos resultados encontrados e considerações feitas pelos pesquisadores, percebe-se no estudo de Backes (2016) que o autor identifica no discurso dos entrevistados o paradigma do enfrentamento da diferença, o que muitas vezes culmina no racismo velado. Percebe-se nos resultados encontrados uma confluência com o debate proposto por Gomes (2011) quando a autora propõe e aponta a necessidade de uma “pedagogia das emergências”.

A pedagogia das emergências tem como norte a investigação das alternativas pedagógicas já existentes nas práticas sociais e políticas dos movimentos sociais das diversas ações coletivas e sua articulação com o espaço escolar. Aqui está o seu caráter emancipatório. (GOMES, 2011, p.46-47)

A proposta da autora supracitada também abarca os resultados encontrados por Carvalho e Castro (2017), pois o estudo de ambas mostrou que embora existam contribuições curriculares comprometidas com o trabalho das relações étnico-raciais, ainda existem práticas tradicionais incapazes de superar questões como o racismo.

Os resultados encontrados e as considerações feitas por Moreira e Silva (2018), estão na mesma linha dos estudos anteriormente citados, pois os autores demonstram a necessidade de avançar nas discussões sobre a lei 10.639/03, corroborando com as ideias de Gomes (2011, p. 46-47) quando defende:

A pedagogia das emergências poderá nos ajudar a lançar indagações mais profundas sobre a tensão presente entre os estudos e discursos críticos realizados no campo da formação de professores (as) e a



persistência de currículos lineares e conservadores dos cursos de formação inicial. [...] É nesse campo que encontramos as práticas significativas voltadas para a diversidade étnico racial e a Lei nº 10.639/03.

De acordo com as ideias de Gomes, nota-se que os resultados encontrados pelos autores, demonstram uma grande complexidade no trato das relações étnico-raciais no ambiente escolar, percebe-se que práticas e currículos precisam ser ressignificados e que os movimentos sociais como o Movimento Negro com suas práticas afirmativas precisam ser considerados nessa ressignificação. Como afirma Gomes (2011, p.48) “[..] o Movimento Negro apresenta, historicamente, um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta”.

Assim, é evidente que as considerações dos estudos até aqui analisados, trazem um horizonte importante no debate da temática das relações étnico-raciais, sem perder de vista as importantes conquistas feitas no percurso histórico da luta contra o racismo e superação da democracia racial. Os estudos mostram que ainda há muito por fazer, principalmente na aplicação da Lei 10.639/03.

## 6 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os resultados e as discussões estabelecidas, considerou-se que foram alcançados os objetivos ora propostos neste estudo. Desta forma, foi possível observar que as discussões acerca das relações étnico-raciais, sobretudo do racismo na Educação Básica, no Brasil, ainda aparecem de forma muito tímida tendo em vista o recorte temporal, bem como a importância da plataforma ora pesquisada e o número de trabalhos encontrados.

Por outro lado, analisando os textos selecionados, notou-se que as discussões realizadas nos mesmos, apontam para novas perspectivas de abordagem e de enfrentamento do racismo na Educação Básica, que surgem desde a educação infantil, perpassam pelo currículo, formação e valorização da representatividade sociocultural do estudante negro.





Evidenciando desta forma a importância da realização de estudos desta natureza, uma vez que, os textos apontam para a existência de uma forma velada de racismo que se estabelece desde a creche (Educação Infantil) e se perpetua ao longo de toda Educação Básica. Constituindo-se assim, como um horizonte para novos questionamentos e fonte de novos estudos, tomando como referência a importância e urgência da discussão desta temática.

Assim, conclui-se por hora que, os estudos até aqui analisados constituíram-se como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na educação básica, uma vez que apresentam novas perspectivas e propostas para sua superação, sem desconsiderar as conquistas históricas fruto dos movimentos negro de resistência, como, a Lei 10.639/03. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da referida lei, visando o seu esclarecimento e aplicação de forma interdisciplinar e ou transversal.

## REFERÊNCIAS

- BACKES, José Licínio. **O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 38, n. 1, p. 49-56, Jan-Jun 2016.
- BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Ângela Fátima. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira**. Revista Iberoamericana de Educación, 2015, Vol.68(2), pp.31-47.
- CARVALHO, Isabela Bastos de. & CASTRO, Alexandre de Carvalho. **Currículo, racismo e o ensino de Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade**. Revista Educ. Soc., Campinas, v38, nº 138, p. 133-151, jan.-mar., 2017.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação e Sociedade, ano, XXIII, n. 78, p. 257-272, ago. 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 – 62.



GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório.** In: FONSECA; SILVA & FERNANDES (org). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MOREIRA, A.J. & SILVA, M.P.C. **Possibilidades Didático-Methodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da Educação Física: a importância da educação étnico-racial.** Revista HOLOS, ano 34, vol.01 p.193-200,2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Revista Estudos Avançados, 2004. São Paulo, V. 18, no 50, p. 51-66.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro.** In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

SANTIAGO, Flávio. **Creche e racismo.** Revista Eletrônica de Educação, 01 August 2015, Vol.9(2), pp.441-460

